

O antimilagre dos preços

31 DEZ 1993

Sem guerra civil, revolução, catástrofe natural ou qualquer choque de abastecimento, os brasileiros conseguiram viver em 1993 a maior inflação de sua história. A primeira apuração concluída aponta uma taxa de 2.567,46% em 12 meses. Foi quanto subiu o Índice de Preços do Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para uso do sistema financeiro. Outros indicadores deverão ser divulgados no início do ano, mostrando resultados parecidos com esse. Qualquer número dessa magnitude pode parecer espantoso para o observador estrangeiro: o País teve colheitas bem razoáveis, a produção industrial cresceu 9%, mas ainda com muita capacidade ociosa, o comércio exterior prosperou, cresceram as reservas cambiais e não houve nenhuma comoção social. Tem-se produzido, por-

tanto, um antimilagre, o da multiplicação dos preços.

Se há uma explicação para esse prodígio, só pode estar na política, mas na política rotineira, do dia-a-dia, porque grandes comoções não têm marcado a vida nacional. Ora, a política rotineira, no Brasil, tem sido a produção contínua da desordem nas finanças públicas. Participam desse esforço destruidor todos os poderes da República, todos os níveis de governo e todos os ramos da administração, dos gabinetes mais altos às menores subsidiárias de estatais. Se o descamba é a condição normal das contas públicas, a situação da moeda não pode ser diferente. Neste ano, a emissão primária também deve ter crescido, pelos cálculos preliminares, uns 2.000%. Disso se trata, quando se fala em financiamento inflacionário dos gastos públicos.

O novo ano começará com mais um programa de ajuste — também assunto rotineiro no Brasil — submetido ao Congresso. Parte desse programa é um orçamento reformado, com previsão de receita maior e despesa menor que a de

1993. Mesmo que não se mexa nos valores globais, ninguém sabe o que vai acontecer com a composição das despesas. Até ontem, pelo menos, cada parlamentar continuava autorizado a

propor 50 emendas ao projeto de lei do Orçamento. Esse número, pasmem os estrangeiros, é considerado um *limite*, isto é, uma restrição disciplinar.

É fácil prever a qualidade das emendas, num Congresso forma-

do, majoritariamente, por deputados e senadores de mentalidade municipal. A CPI do Orçamento tem mostrado como se furta o dinheiro público. Um rápido exame dos projetos, mesmo daqueles propostos e defendidos de forma

honestamente, mostraria como se desperdiçam as verbas. Entre o furto e o desperdício, queimam-se os recursos, elevam-se os custos da economia, criam-se condições para mais déficits e alimenta-se, de modo permanen-

te, a inflação. O novo programa pode ser um ponto de partida para o conserto. A verdadeira arrumação, porém, não deve ser contábil, mas política. Um bom começo é repensar todo o sistema de construção e aprovação do Orçamento.

Não houve guerra civil, revolução, catástrofe natural — apesar disso, a inflação foi a maior da história